



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 018/2026
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

- 1.1.** Registro de preço para eventual contratação de empresa para realização de análise físico-química, biológica e microbiológica de água superficial na Lagoa dos Barros.

ITEM	QUANT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR REFERÊNCIA
01	24	Campanha	Campanhas de análises de água superficial da Lagoa dos Barros. Cada campanha possui 10 pontos de coleta com os seguintes parâmetros para análise: Cianofíceas, Coliformes Totais, Clorofila a, Condutividade, DBO5, E. coli, Fósforo total, Nitrogênio Total, Oxigênio Dissolvido, Ortofosfato, pH, Salinidade, Resíduo Total, Sólido Suspenso, Turbidez, Nitrato. Observação: a coleta será realizada pelo Departamento Municipal de Meio Ambiente, sendo que o licitante deverá fornecer as vidrarias para posterior análise.	R\$ 4.661,78

2. DESCRIÇÃO DETALHADA

2.1. A empresa/laboratório a ser contratado poderá estar situada em qualquer estado brasileiro, mas deverá ter cadastro/ser credenciada junto à FEPAM, afim de afirmação da veracidade dos parâmetros analisados. **(No caso de empresa fora do Estado do Rio Grande do Sul, a mesma deverá apresentar Cadastro junto à FEPAM no momento da assinatura da ata).**

2.2. O laboratório deverá informar a descrição da técnica de coleta, limpeza dos frascos, manuseio e preservação das amostras, resultados analíticos, limites de detecção, incertezas, equipamentos utilizados e certificados de calibração (número e validade).

2.3. As análises serão solicitadas pela fiscal do contrato conforme a necessidade do Departamento de Meio Ambiente.

2.4. A empresa contratada deverá fornecer as vidrarias para cada campanha, para que o Departamento de Meio Ambiente realize as coletas e encaminhe ao laboratório para realização das análises.

3. JUSTIFICATIVA

Considerando a relevância dos processos judiciais e administrativos que tratam sobre a Lagoa dos Barros e a ETE Osório, considerando que em 25.09.2024 a 2ª Câmara Cível do TJRS deu provimento ao agravo de instrumento nº 5157593-60.2024.8.21.7000, decidindo pela revogação da decisão da 2ª Vara da Comarca de Santo Antônio da Patrulha - eproc nº 5000060-27.2020.8.21.0065 e por consequência, pelo retorno das operações da ETE Osório e a respectiva emissão de efluentes na Lagoa dos Barros. A realização deste monitoramento na qualidade das águas, possibilitará que o Município acompanhe as operações da ETE Osório. Cumpre sempre destacar que a ETE Osório já poluiu a Lagoa dos Barros que é um corpo hídrico previsto no Plano de Saneamento deste Município como o escolhido para o abastecimento e consumo humano, materialmente tal corpo hídrico é e será indispensável a esse Município tanto pelos seus usos atuais como para, no futuro, servir para o consumo da população.

4. REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO



- 4.1. Os serviços têm natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado. A contratação será realizada por meio de licitação, com critério de julgamento por menor preço, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 4.2. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

5. LOCAL E PRAZOS:

- 5.1. As análises deverão ser realizadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar do envio das amostras coletadas por este Departamento, e enviadas por e-mail com os relatórios.
- 5.2. Os serviços estarão sujeitos à não aceitação caso não atendam às especificações exigidas neste termo de referência, caso este em que o licitante vencedor, obrigatoriamente, deverá efetuar a correção imediata dos mesmos.
- 5.3. Na hipótese da não aceitação do serviço, o mesmo deverá ser corrigido pelo prestador no prazo de 03 (três) dias contados da notificação da não aceitação.
- 5.4. A Secretaria terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para processar a conferência e aceitação final dos serviços;
- 5.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução da ata, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o serviço do Empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

6. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 6.1. A Ata de Registro de Preços a ser firmada com a(s) empresa(s) vencedora(s) do certame terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade para a Contratante.

7. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

- 7.1. Efetuar o pagamento conforme o determinado neste instrumento;
- 7.2. Fiscalizar a entrega do material e o cumprimento da ata, os quais serão realizados por servidor designado em portaria.

8. DA RESPONSABILIDADE DA DETENTORA DA ATA:

- 8.1. Prestar o serviço licitado conforme especificações do edital;
- 8.2. Indenizar terceiros por eventuais prejuízos decorrentes da execução ou inadimplência da presente ata, independentemente das sanções aplicáveis e demais responsabilidades;
- 8.3. Comunicar por escrito, na forma do estabelecido neste instrumento, qualquer anormalidade que, eventualmente, apure ter ocorrido na prestação do serviço, ou que possam comprometer a sua qualidade;
- 8.4. Não transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia expressa autorização da contratante;
- 8.5. Atender às determinações da fiscalização da contratante;
- 8.6. Manter, durante a validade da ata, as mesmas condições de habilitação;
- 8.7. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo contratante no prazo de 03 (três) dias.
- 8.8. Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais;
- 8.9. Efetuar a correção do serviço, caso não esteja de acordo com o exigido.

9. DO PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento será efetuado, após cada campanha, em até 15 (quinze) dias após a apresentação da nota fiscal. A contratada deverá apresentar os documentos de cobrança em nome



da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, no qual deve estar discriminado o material e deverá ainda constar na Nota Fiscal o número da Nota de Empenho;

9.2. O CNPJ da contratada constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no certame e no corpo da nota deverá obrigatoriamente constar a modalidade e número da licitação, o número da nota de empenho e os dados bancários da empresa, bem como conter ainda as assinaturas dos fiscais na Nota Fiscal;

9.3. A detentora da ata deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura, destacados os valores relativos ao IR, INSS (nos termos da Lei Previdenciária) e o ISS, caso ocorra fato gerador destes e outros impostos, sob pena de retenção dos valores no ato do pagamento, conforme disposto no Decreto Municipal nº 271/2022 e IN RFB no 1.234/2012, alterada pela IN RFB n.º 2.108/2022;

9.4. Junto de cada nota fiscal, deverão ser apresentadas negativas de débitos municipal, estadual, federal e trabalhista, certidão de regularidade do FGTS, certidão de débitos trabalhistas e certidão judicial cível negativa.

9.5. O pagamento somente será realizado após a liberação realizada pelo fiscal do contrato, designado em Portaria Especial;

9.6. Não será efetuado qualquer pagamento à detentora da ata enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos orçamentários para fazer frente às despesas da presente licitação serão indicados no momento da solicitação pelo pedido de compra.

11. DA ANÁLISE DE RISCO

11.1. A falha neste processo de aquisição poderá acarretar prejuízos para a saúde pública, considerando os prejuízos que a poluição pode causar à água da Lagoa dos Barros, que hoje é utilizada para irrigação de arroz. É berço de inúmeras espécies marinhas e prevista como possível fonte de abastecimento público. Havendo falha, deserção ou mesmo cancelamento deste processo, a SEMAM trabalhará na resolução dos problemas, inclusive com envio de novo processo, caso seja necessário.

11.2. Para a presente eventual contratação, poderão ocorrer riscos de não cumprimentos dos serviços pela empresa contratada, ocasionando a necessidade de elaboração de notificações extrajudiciais e, persistindo sua inexecução, a abertura de Processo Administrativo Especial (PAE). Tal situação pode resultar na falta do objeto licitado e no consequente impacto nos serviços pretendidos.

11.3. Para evitar tal situação, deverá ser contratada empresa que comprove sua aptidão a prestar serviços para a Administração Pública, por intermédio dos documentos de habilitação, bem como ser orientado às licitantes acerca da importância acerca do cumprimento das obrigações estabelecidas neste estudo técnico preliminar, termo de referência e demais documentos licitatórios.

Santo Antônio da Patrulha, 06 de março de 2026.

Rodrigo Gomes Massulo
Prefeito Municipal